

CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA – O IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÓMICAS NA RÚSSIA – UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

THE RUSSIA-UKRAINE CONFLICT – THE IMPACT OF ECONOMIC SANCTIONS ON RUSSIA – A NARRATIVE LITERATURE REVIEW

Ana Carina da Costa e Silva Martins Esteves

Tenente-coronel Administradora Aeronáutica da Força Aérea Portuguesa
Docente no Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027, Lisboa, Portugal
ana.esteves.lx@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo examinar os efeitos das sanções económicas na Rússia no contexto do conflito Rússia-Ucrânia, que teve início a 24 de fevereiro de 2022. Adotou-se a revisão narrativa da literatura como metodologia, tendo por base artigos recolhidos no dia 11 de abril de 2023 de fonte aberta, e com data posterior a fevereiro de 2022, que contivessem “*impact*”, “*santions*” e “*Russia*” no título. Foram incluídos oito estudos na revisão, obtidos no Google Scholar e na *Open Knowledge Maps*, que abrangeram diferentes origens e captaram o impacto de sanções comerciais e de sanções financeiras. Os oito estudos demonstram o impacto das sanções financeiras e económicas no enfraquecimento da economia russa, designadamente nas variáveis exportações, importações, rublo, indústrias, PIB, desemprego, inflação e taxa de câmbio. A grande maioria dos autores avaliou o impacto como mitigado, no início, por estratégias russas, mas que está a tornar-se cada vez mais visível. Defendem, por isso, manter as sanções e refiná-las. Concluímos que as sanções foram aplicadas sobre condições que a teoria das sanções mais recente refere como eficaz. Estudos futuros devem dar continuidade ao acompanhamento do impacto das sanções ao longo do tempo e, com particular importância para as Forças Armadas, a investigação sobre contrassanções. Destacamos, como limitações, a ausência de dados oficiais da Rússia.

Palavras-chave: Rússia, impacto, sanções económicas.

Abstract

This study examines the effects of the economic sanctions imposed on Russia due to the conflict between Russia and Ukraine, which began in 24 February 2022. The methodology used in the study is a narrative literature review of articles collected from open sources on 11 April 2023.

Como citar este artigo: Esteves, A. C. C. S. M. (2023). Conflito Rússia-Ucrânia - O impacto das Sanções Económicas na Rússia - Uma Revisão Narrativa da Literatura. *Revista de Ciências Militares*, novembro, XI(2), 85-106. Retirado de <https://www.iium.pt/publist/1>

All articles were published after February 2022 and had titles that contained the words “impact”, “sanctions” and “Russia”. The review focused on eight studies by different authors, obtained from Google Scholar and Open Knowledge Maps, which examine the impact of trade sanctions and financial sanctions. The studies show how financial and economic sanctions have weakened the Russian economy by analysing the following variables: exports, imports, the rouble, industries, GDP, unemployment, inflation and exchange rates. According to most authors, this impact was initially reduced by Russian strategies but is becoming increasingly visible. Therefore, they argue that the sanctions should be maintained and adapted. This review shows that, according to the most recent theories about sanctions, the conditions under which they were applied are effective. Future studies should continue to monitor the impact of sanctions over time and investigate the effects of counter-sanctions, which are particularly relevant for the Armed Forces. One limitation in this study is the lack of official data from Russia.

Keywords: *Military Higher Education; Higher Education Quality Assurance; Portuguese Military University Institute; Internal Quality Assurance System.*

1. Introdução

O triunfo da força baseia-se na produção de armas, e esta, por sua vez, na produção em geral – portanto, no “poder económico”. Nada é mais dependente de pré-condições económicas do que as Forças Armadas.
Engels, 1970

A 24 de fevereiro de 2022 a Rússia violou um dos principais pilares do direito internacional com uma invasão militar à Ucrânia e a anexação das regiões de Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Quérson, com escalada ininterrupta de ataques, ocupação de territórios, mortos e feridos, militares e civis. O Ocidente, com maior protagonismo da União Europeia (UE), no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum¹, e em estreita cooperação com os Estados Unidos (EUA), o Reino Unido, o Canadá, a Austrália e o Japão impôs sanções, sem precedentes em escala e em austeridade, como resposta de desaprovação. Têm como objetivo alterar ações ou políticas, tais como violações do Direito Internacional ou dos Direitos Humanos. À Rússia, em 2022, quase todos os instrumentos de sanções possíveis foram empregues numa soma que ascende a cerca de 3000 sanções.

As sanções, juntamente com as entregas de armas à Ucrânia, tornaram-se as principais ferramentas da política dos EUA em particular, e da estratégia ocidental em geral, em relação às ações da Rússia na Ucrânia (Bubnova, 2022). Sendo a paz mundial um ideal poderoso para o Ocidente, a alteração à segurança global e às relações económicas (Snower, 2022) transformaram a Rússia no país mais sancionado do Mundo. Sanções duras, essencialmente

¹ portaldiplomatico.mne.gov.pt

económicas, foram utilizadas como instrumento não militar de coerção, na designada “revolução das sanções”² com vista limitar a capacidade da Rússia travar a guerra (Caprile & Delivorias, 2023) e dificultar a capacidade de financiar o esforço militar, de forma a diminuir mortes e destruição (Nell, 2023).

O Centro de Observação da Guerra e da Paz, do Instituto Universitário Militar, acompanha diariamente a evolução da guerra na Ucrânia e discute semanalmente a pertinência em aprofundar determinados temas. Considerando a adoção sucessiva de pacotes de sanções, já no décimo primeiro pacote de sanções, cientes que os resultados não são lineares (Gaur et al., 2023), envolto em dúvida e ceticismo dos próprios investigadores, com opiniões divergentes. e depois de um ano volvido de guerra, o impacto das sanções económicas na Rússia emergiu como tema relevante para investigar. É nesse âmbito que se desenvolve o presente trabalho exploratório intitulado “conflito Rússia-Ucrânia – o impacto das sanções económicas na Rússia – uma revisão narrativa da literatura” com o objetivo de reunir as informações e as perspetivas mais recentes sobre o impacto das sanções na economia da Rússia e a perceção de que forma estão a ser eficazes. A investigação é orientada pela pergunta de investigação: de que forma as sanções económicas afetam a Rússia?

O interesse da comunidade científica pelo tema tem crescido de forma exponencial desde 2014, tendo aumentado ainda mais desde 2022. Os mais recentes estudos sobre sanções económicas têm versado sobre o conflito Rússia-Ucrânia, procurando investigar se as sanções económicas funcionam (Meyer et al., 2023), rever a efetividade das sanções no contexto (Tsouloufas & Rochat, 2023) ou mesmo o sentimento público que elas provocam (Ngo et al., 2022). Procuram ainda estimar os efeitos das sanções na Rússia (Mahlstein et al., 2022), designadamente das exportações no dólar canadiano (que poderá valoriza a moeda), considerando que o Canadá é um dos principais exportadores de matérias-primas, como o petróleo bruto e o gás natural, que são atingidos pela guerra (Sokhanvar & Lee, 2023).

Os especialistas afirmam que as maiores dificuldades decorrentes das sanções económicas à Rússia surgem na esfera das importações, cujo principal parceiro de importação é exatamente a UE (Shevchenko, 2017), de quem detém uma forte dependência de alta tecnologia, de produtos de engenharia, de medicamentos e de produtos alimentares (Sinyakov et al., 2015). A substituição efetiva das importações, que implica 48 países e cuja participação no produto bruto mundial é de cerca de 60%, torna-se praticamente impossível e a rutura nos laços de integração e de cooperação, não pode deixar de afetar o declínio geral da produtividade do trabalho à escala global, representar a alteração da divisão internacional do trabalho e conduzir à desaceleração da taxa de crescimento global da economia mundial.

A Rússia foi exposta a sanções económicas em 2014 e, por tal, as sanções de 2022 não a apanharam desprevenida. Com efeito resistiu-lhes e aos seus impactos económicos negativos e adaptou-se: fortaleceu o patriotismo e nacionalismo nos russos (Yurgens, 2015); mudou a estratégia diplomática para o Oriente, procurando novas cooperações com os países asiáticos

² *Timeline* das sanções, consultado em 11 de abril de 2023, disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/history-restrictive-measures-against-russia-over-ukraine/>

e evitar o isolamento diplomático dos EUA e da UE, como são exemplos a construção de oleoduto para a China, os exercícios militares conjuntos com a Índia “Indra-2014” e o perdão de 90% da dívida da Coreia do Norte com a ex-União Soviética (Kundu & Banerjee, 2023).

A situação da Rússia em 2022 é resultado do impacto das sanções de 2014. Tornou-a alerta para abordar a sua lacuna tecnológica (Gould-Davies, 2020) e adaptar-se a elas (Ashford, 2017), tendo tido efeitos negligenciáveis (Davis, 2016). A Rússia tem vivido e contornado uma série de crises económicas nos últimos 14 anos: em 2008/2009, sofreu uma forte contração de 9%; em 2014/2015 entrou numa nova recessão devido às sanções ocidentais e, mais importante, ao colapso do preço do petróleo; em 2020/2021 sofreu as consequências da pandemia de COVID-19 (Titov, 2022).

A narrativa do Kremlin, a escassez de dados oficiais, a grande quantidade de sanções aplicadas fazem da avaliação do impacto das sanções económicas da Rússia, individuais e em conjunto, uma tarefa que exige especial atenção, recolha e confrontação com diferentes e variadas fontes.

Propomo-nos, com este trabalho, prosseguir o objetivo de examinar os efeitos das sanções económicas na Rússia por via de revisão narrativa da literatura, constituindo-se um primeiro estudo, abrangente e exploratório, dos artigos que vêm sendo publicados depois de um ano de conflito. Começaremos com um enquadramento teórico onde nos referimos às sanções e aos seus objetivos, bem como às determinantes de sucesso ou insucesso das sanções, segue-se a metodologia, apresentamos e discutimos os resultados obtidos com a avaliação do impacto das sanções e por fim, apresentamos a conclusão.

2. Enquadramento teórico

2.1 Sanções económicas e seus objetivos

As sanções económicas são um tipo de diplomacia coerciva (Baldwin, 1985; Hufbauer et al., 1990; Mulder, 2022; Naylor, 2001) que aplica pressão sobre os governos. Trata-se de uma instância de negociação internacional (Lacy & Niou, 2004; Marinov, 2005; Morgan & Miers, 1999; Smith, 1996), alternativa à ação militar, que tem sido amplamente utilizada pelos Estados para alcançar objetivos políticos, alterar ou deter alguma política do estado-alvo.

As sanções económicas são usadas quando a diplomacia falha e enquanto as opções militares parecem muito drásticas. Visam prejudicar a economia do país-alvo, por meio de restrições ou proibições ao comércio de certos bens e serviços, de quebra de laços financeiros ou embargo total, e interromper as relações comerciais, financeiras e de investimento para impor custos (Lektzian & Souva, 2007). Esses custos não são um fim em si mesmos, mas um meio para alcançar objetivos políticos: as sanções traduzem custos económicos em objetivos políticos, criando novos compromissos e realidades, dissuadindo ações futuras, por meio de ameaças de retaliação, transmitindo a determinação de impedir novos comportamentos inaceitáveis, infligindo custos que negam ou limitam a capacidade do alvo de realizar outras ações, mudando o regime ou os transgressores. As sanções podem funcionar, também, para condenar comportamentos inaceitáveis e reafirmar normas e regras violadas para manter a ordem internacional (Gould-Davies, 2023).

Outra perspectiva, menos estudada, é de ver as sanções económicas como meio de precondicionar a guerra, preparando o campo de batalha e as Forças Armadas de uma nação-alvo, apoiando infraestruturas e indústrias estratégicas ou reduzindo os recursos militares e o tempo necessário para alcançar a vitória. Podem reduzir as baixas durante a guerra, tanto na nação-alvo, quanto na nação remetente ou diminuir os custos e o tempo necessários para as atividades de restauração pós-guerra. É necessária uma nova abordagem com uma visão bem definida no sentido de neutralizar os conflitos internacionais, antes que irrompam em guerras totais, desestabilizando ainda mais a comunidade das nações (Boudreau, 1997).

Os países impõem sanções económicas por diversos motivos e objetivos passíveis de ser categorizados: objetivos primários, relacionados com o comportamento e políticas dos alvos; objetivos secundários, relacionados com o *status* internacional dos países sancionadores; e objetivos terciários, que dizem respeito à estrutura e operação do sistema internacional (Barber, 1979). Mais amplamente, por motivos e objetivos da política externa, de conformidade, subversão, dissuasão, simbolismo doméstico e simbolismo internacional (Lindsay, 1986).

A racionalidade política na tomada de decisões sobre sanções económicas é explicada pela teoria de incentivos múltiplos, que se opõe à teoria do dominante belicista, que explica que líderes autoritários são mais propensos a escolher ações militares (Castro, 2012).

As sanções económicas provocam efeitos na economia: em variáveis económicas, comerciais e financeiras. É possível estimar esses efeitos usando modelos econométricos (Bali & Rapelanoro, 2021) ou o modelo “bayesiano VAR” (Pestova & Mamonov, 2019) que constituem ferramentas de simulação, que visam captar os efeitos económicos das medidas coercivas internacionais.

Para projetar sanções eficazes, é necessário identificar claramente o objetivo, compreender as vulnerabilidades do alvo e a sua capacidade de suportar o ónus económico, desenvolver uma estratégia para circunscrever o ónus, enfraquecer a determinação do alvo, refinar continuamente a estratégia e indicar claramente as condições para a remoção de sanções (Nephew, 2018).

Os Estados membros da UE adotaram, até à data, onze pacotes de sanções, com o décimo a marcar um ano desde o início da guerra. Cada pacote alterou e ampliou gradualmente a abrangência dos regimes de sanções adotados a partir de 2014. Das sanções definidas pela UE incluem-se a proibição das transações com empresas industriais militares estatais russas, a desconexão de instituições financeiras russas (do SWIFT, por exemplo), a proibição da exportação para a Rússia de bens e tecnologias de duplo uso, motores *drones*, armas de fogo civis, munições, veículos militares e equipamento paramilitar, a proibição de exportações dos setores da aviação marítima e da tecnologia, por exemplo semicondutores, e a exportação de produtos de luxo para a Rússia, a proibição das importações da Rússia de carvão de petróleo bruto e derivados de petróleo, a imposição de limite preço do petróleo bruto e de produtos petrolíferos russos exportados para países terceiros a proibição de exportações para a Rússia bens e tecnologias no setor de refinaria de petróleo e a proibição de novos investimentos no setor da energia e minério russo (Caprile & Delivorias, 2023).

2.2 Determinantes de sucesso ou insucesso das sanções económicas

Quando as sanções são implementadas, existe incerteza sobre a disposição e capacidade do outro estado de suportar o ónus económico a elas associado. Com o passar do tempo, as decisões de continuar, tomadas individualmente pelo alvo e pelo remetente, permitem que ambos os estados atualizem as suas crenças sobre a determinação do outro.

A maior parte do trabalho existente lançou luz sobre os determinantes do sucesso ou fracasso de tais políticas e o efeito das sanções sobre a economia do alvo. Drezner (1999), Hufbauer et al. (2009) e van Bergeijk (2009) fornecem visões gerais pedagógicas sobre o estado da pesquisa a esse respeito. Para análises empíricas, Hufbauer et al. (2009) também se referem a um registo completo de casos de sanções, com ênfase em sanções impostas por americanos e europeus. O banco de dados *Threat and Imposition of Economic Sanctions* (TIES), de Morgan & Bapat (2009) constitui-se como uma segunda fonte muito detalhada para sanções, que abrange mais países emissores e alvos. Ambos os conjuntos de dados fornecem medidas quantitativas sobre o tipo e a intensidade das medidas aplicadas e tentam julgar o seu sucesso ou fracasso em relação aos respetivos objetivos políticos. Caruso (2003) estima os efeitos médios das sanções na segunda metade do século XX, nos fluxos comerciais agregados.

A questão se as sanções económicas funcionam, tem motivado diversos estudos e mostrado controvérsia (Doxey, 1987; Galtung, 1967; Nincic & Wallenstein, 1983; Nossal, 1989) sem a perspetiva de se chegar a um consenso (van Bergeijk, 2021).

Na ausência de capitulação total dos alvos, as sanções ainda podem ser consideradas eficazes, ou pelo menos mais eficazes do que ineficazes, quando extraíam concessões parciais ou se estabeleçam acordos entre países sancionadores e alvos (Baldwin, 1985, 1998; Elliott, 1998; Hufbauer et al., 2007). Certos estudos revelam que, as sanções são ferramentas bem-sucedidas em cerca de 35% das vezes (Hufbauer et al., 2007; Morgan et al., 2014), assumindo que as sanções efetivas são aquelas que resultam no cumprimento total da meta ou, pelo menos, na mudança parcial da política de acordo com os objetivos declarados da política dos remetentes.

O tipo de regime do estado-alvo é um fator importante em ambos os lados da equação de sanções. A presença de um alvo democrático encurta a duração das sanções, independentemente do lado (Allen, 2005).

As sanções podem ser eficazes quando são aplicadas em concertação com outras políticas, como a diplomacia e a cooperação regional, e podem ser mais eficazes quando aplicadas em estágios diferentes, começando com medidas menos punitivas e aumentando a pressão ao longo do tempo, e quando são aplicadas por um grupo de países, em vez de um único país (Hufbauer et al., 2007). As variáveis chave de sucesso apontadas são a imposição de sanções por coalizão multilateral (Morgan & Bapat, 2009; Kaempfer & Lowenberg, 1999; Martin, 1993; Miers & Morgan, 2002), se os custos para o alvo são suficientemente altos (Doxey 1980; Drury 1998; Hufbauer et al., 1990; Morgan & Schwebach, 1997), “sanções inteligentes”, isto é, projetadas de modo a que os custos sejam arcados pelas pessoas certas no estado-alvo

(Cortright & Lopez, 2002; Morgan & Schwebach, 1996) ou até que ponto o remetente e o alvo esperam envolver-se em conflitos futuros (Drezner, 1999). Pesam também as características dos estados envolvidos em episódios de sanções a ponto de alvos democráticos ou estados com instabilidade política interna serem particularmente suscetíveis a sanções (Bolks & Al-Sowayel, 2000; Brooks, 2002; Lektzian & Souva, 2007).

As sanções económicas são bem-sucedidas cerca de um terço das vezes em que são usadas (Hufbauer et al., 1990), enquanto são eficazes em provocar mudanças políticas (Askari et al. 2003; Barber, 1979; Doxey, 1971; Galtung, 1967; Haass, 1998; Kaempfer & Lowenburg, 1988, 1992; Lektzian & Souva, 2007; Pape, 1997; Renwick, 1981; Wallensteen, 1968, 2000).

A efetividade das sanções económicas depende do nível de interdependência económica entre o estado-alvo e o estado sancionador (Drezner, 2003), e têm maior probabilidade de serem eficazes quando combinadas com força militar ou ameaça de força militar (Pape, 1997) e multilaterais (Martin, 1992).

As condições de eficácia de acordo com a abordagem da teoria dos jogos para estudar as sanções económicas argumentam que, devido à interação estratégica, ninguém deve observar a maioria das falhas, mas perder a maior parte do sucesso. Os modelos da teoria dos jogos de coerção económica sugerem que a taxa de sucesso das sanções pode ser subestimada (Dezner, 2003).

Outra vertente da literatura explorou se as sanções direcionadas são mais eficazes do que as sanções comerciais e de investimento convencionais. Sanções direcionadas incluem congelamento de ativos, restrições financeiras à atividade bancária internacional, negação de vendas de bens de luxo, sanções setoriais (por exemplo, embargos de armas e restrições à tecnologia de duplo uso) e restrições de viagens. As sanções convencionais foram as medidas preferidas no século XX, tendo sido substituídas pelas sanções direcionadas como as ferramentas coercivas favoritas nas últimas duas décadas, pela expectativa de que elas seriam mais bem-sucedidas ao exercerem mais pressão direta sobre os principais atores-alvo e suas coalizões de apoio.

Num estudo com informações detalhadas sobre 23 episódios de sanções direcionadas da ONU, as medidas direcionadas atingiram o seu objetivo principal em apenas 22% dos casos, o que é inferior à taxa geral de sucesso das sanções convencionais (Hufbauer et al., 1990) (34%) e bases de dados TIES (37,5%) (Biersteker et al., 2016), resultado atenuado por Pape (1997), que reduziu a taxa de sucesso das sanções, no mesmo período, para 5%. De outra forma, a taxa de sucesso das sanções financeiras dos EUA pode ser uma exceção notável à taxa de sucesso relativamente baixa das sanções direcionadas. Analisando dados de 22 casos de sanções financeiras dos EUA desde 11 de setembro de 2001, eles relatam que as sanções financeiras funcionam cerca de 40% das vezes (Rosenberg et al, 2016).

De outra perspectiva, as medidas coercivas têm efeitos imprevisíveis que são, paradoxalmente - Paradoxo de Giffen - do próprio interesse dos países visados (Nureev & Petrakov, 2016). Além disso, o estudo de Jones & Whitworth (2014) mostra que as sanções internacionais têm incentivado a Rússia a buscar novos parceiros, a fim de ser menos dependente do ocidente, defendendo que não funcionam.

Países com economias fortes podem enfrentar mais facilmente as consequências económicas das sanções (Drury, 1998).

A sabedoria convencional de há 20 anos sobre as sanções, sustentava que as sanções económicas não eram instrumentos políticos eficazes. No entanto, pesquisas recentes convenceram muitos estudiosos de que as sanções podem influenciar o comportamento dos alvos sob condições identificáveis.

Num estudo sobre a robustez das relações e identificação das correlações sistemáticas e robustas, chegou-se às variáveis que precisam de ser incluídas em teorias sobre a eficácia das sanções. De 18 variáveis selecionadas concluiu-se que só duas tiveram efeitos positivos e robustos sobre o sucesso das sanções: o envolvimento de organizações internacionais e os custos-alvo. Para além dessas duas, encontraram-se três variáveis que parecem estar sistematicamente (e positivamente) relacionadas ao sucesso das sanções impostas, sendo apenas fracamente robustas: sanções financeiras, múltiplos problemas e dependência de comércio alvo (Bapat et al., 2013).

Outro estudo quantitativo sobre a eficácia das sanções, procurou encontrar uma estratégia de “sanção ótima” nas importações. As sanções afetam tanto o país-alvo como o remetente. Tendo em conta o equilíbrio entre o dano económico a provocar (que se pretende que seja o maior) e os efeitos colaterais entre quem impõe a ação (que se quer o mais baixo possível) assim como manter a distribuição de ganhos e perdas económicas entre os remetentes tão estreita quanto possível, chegou-se a um conjunto de oito setores com efeitos substanciais, sem necessidade de proibir genericamente as importações de todos os setores (Schropp & Tsigas, 2023).

Contra as democracias, pode-se atingir a coalizão vencedora com sanções relativamente amplas. Contra as não-democracias, sanções amplas que impõem custos significativos à sociedade, permitem que os líderes não democráticos extraiam mais rendimentos, fortalecendo, desta forma, a sua posição política e tornando-os menos propensos a ceder. Como resultado, a relação entre o custo das sanções e o tipo de regime é condicional. É mais provável que o sucesso contra líderes não democráticos venha de sanções focadas predominantemente na liderança (Lektzian & Souva, 2007).

Por fim, as sanções muitas vezes falham porque terceiros (*sanction busters*) ajudam a prejudicá-las (Berner et al., 2022). Estados com motivações políticas (cavaleiro negro) ou motivações comerciais exercem um efeito potente e negativo no sucesso das sanções (Hufbauer et al. 1990). A análise mostrou que a quantidade de violação de sanções que ocorre em nome de um estado-alvo diminui a probabilidade de as sanções terem em sucesso, mas a violação de sanções do cavaleiro negro por si só não tem tais efeitos. As sanções multilaterais e não globais deixam margem de manobra para serem contornadas através de importações de países terceiro,s reexportação direta ou indireta, entre outros.

Podemos, de forma sucinta e resumida, concluir que são os estudos mais recentes que demonstram eficácia nas sanções, e destacar seis condições para sanções efetivas: alvos em dificuldades, sanções onerosas, cooperação com organizações internacionais, fraca preocupação do remetente com a segurança nacional e a coerção económica contra um

alvo democrático (tendem a ser mais eficaz do que alvos não democráticos), relação de dependência.

Não sendo um fim em si mesmas, as sanções económicas visam traduzir custos económicos em objetivos políticos e por isso, apesar do impacto em variáveis económicas, o efeito desejado, a eficácia, não tem com elas relação linear e direta, tornando a questão da eficácia muito controversa.

3. Metodologia

A metodologia considerada mais adequada e a que melhor pode responder à pergunta de partida, as limitações dos dados que a Rússia disponibiliza, bem como o carácter exploratório que a temática representa para o Instituto Universitário Militar, foi um estudo qualitativo de revisão narrativa da literatura.

Pretendemos resumir o conhecimento mediante uma estratégia de pesquisa seletiva de informação, com critérios sistematizados, sem avaliar a qualidade, e sintetizar os resultados por via de um resumo narrativo (Paré et al., 2015). Mantivemos uma ampla base de pesquisa por forma a mapear as descobertas atuais e descobrir áreas para pesquisas futuras.

Empenhados em garantir rigor e uniformidade dos dados tendo em conta o objetivo (Paré et al., 2015), tivemos por base artigos recolhidos no dia 11 de abril de 2023, de fonte aberta e com data posterior a fevereiro de 2022 que contivessem “*impact*”, “*santions*” e “*Russia*” no título. Pesquisamos na *Web Of Science* e na *Scopus*, que não devolveram resultados, e estendemos à *Google Scholar* e à *Open Knowledge Maps*. Foram incluídos oito estudos na revisão que abrangeram diferentes origens e perspetivas (Green et al., 2006).

4. Resultados e discussão

Com a pesquisa efetuada, obtivemos oito estudos sobre o impacto das sanções na Rússia compostos por dois relatórios de grupos de trabalho internacionais (Caprile & Delivorias, 2023; Nell et al., 2023) e seis artigos (Babina et al., 2023; Demertzis et al., 2023; Kalish, 2022; Makhoulf & Selmi, 2022; Novianto, 2022; Rácz et al., 2023).

Em termos temporais, temos dois estudos de março de 2022, a refletir o impacto logo após o início do conflito; outros dois de 2022 (em junho e em outubro) e quatro de 2023, com uma visão mais abrangente, depois de um ano de conflito.

De acordo com os estudos, os objetivos das sanções económicas do Ocidente face à Rússia são de enfraquecer a sua base económica, reduzir a sua capacidade de fazer a guerra, dificultar o acesso da Rússia a tecnologias e componentes militares (Racz, 2022; Caprile & Delivorias, 2023), limitar as principais fontes de receitas (exportações de petróleo e derivados), dificultar o seu acesso a tecnologias e componentes militares e minar o apoio ao regime (Caprile & Delivorias, 2023).

A energia está na raiz do potencial impacto económico. A Rússia é um petro-Estado e as exportações russas de petróleo bruto e derivados são os principais impulsionadores das contas externas do país, da sua economia e das finanças governamentais, incluindo o financiamento de guerra (Babina et al., 2023; Kalish, 2022; Nell et al., 2023). O setor de energia representa

cerca de 60% das receitas do Estado russo e quase 50% das exportações de energia da Rússia vão para a União Europeia (Nell et al., 2023; Novianto, 2022).

As sanções analisadas foram o embargo da UE ao petróleo bruto transportado por via marítima e o mecanismo de limite de preços do Grupo dos Sete (G7), que entraram em vigor em 5 de dezembro de 2022 (Babina et al., 2023); sanções contra as exportações russas de carvão, ouro, ferro, aço e exportações de luxo; sanções do setor financeiro que inclui a proibição das transações e congelamento de ativos limitações de acesso a capitais e mercados financeiros restrições dívida e património e desconexão do sistema de mensagens financeiras SWIFT; sanções sobre bens militares e de duplo uso e sobre tecnologia (Nell et al., 2023).

O quadro 1 resume os estudos incluídos na nossa análise, contem as datas e tipo de publicação, as sanções/variáveis de impacto neles analisadas, e as fontes de informação.

Quadro 1 – Resumo dos estudos empíricos sobre o impacto das sanções económicas na Rússia

Autores	Título	Data	Variável de impacto	Fontes de informação	Origem
Babina et al., 2023	Assessing the Impact of International Sanctions on Russian Oil Exports	FEV23	Exportações de petróleo	Federal Customs Service; Bloomberg	Artigo
Caprile & Delivorias, 2023	EU sanctions on Russia: overview, impact, challenges	MAR23	PIB Desemprego Inflação Taxa de câmbio Troca	Rosstat; Bloomberg; World Bank; EBRD; IMF; OECD	Relatório do Parlamento Europeu
Demertzis et al., 2023	How have sanctions impacted Russia?	OUT22	Importações Exportações Rublo	Bruegel	Artigo
Kalish, 2022	How sanctions impact Russia and the global economy	MAR22	Sanções financeiras	Central Bank of Russia	Artigo
Makhlouf & Selmi, 2022	Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian Banks from SWIFT on Remittances	MAR22	Sanções financeiras	World Bank	Artigo
Nell et al., 2023	One year of war: sanctions impact assessment and action plan for 2023	s.d.	Diversas	World Bank; Air Force Command of EUA Armed Forces; The Bank of Russia	Relatório do Instituto KSE
Novianto, 2022	European Union Sanctions Against Russia as Impact of Russia-Ukraine Conflict	JUN22	Energia Rublo Indústrias		Artigo
Rácz et al., 2023	Why sanctions against Russia work?	2023	Importações	The Bank of Russia	Artigo

4.1 Impacto das sanções económicas na Rússia

Os primeiros estudos, em março de 2022, tiveram um caráter prospetivo e pedagógico sobre o impacto das sanções impostas pelos EUA, a UE, o Reino Unido, o Canadá e o Japão, que incluíram proibir o comércio secundário de títulos do governo russo, proibir a interação com os principais bancos russos, proibir as exportações de tecnologia crítica para a Rússia, congelar os ativos e suspender a certificação do gasoduto *Nord Stream II*. A incerteza fez aumentar consideravelmente os preços das principais *commodities*, houve um aumento da inflação e um fraco crescimento a nível global. O Banco Central da Rússia teve dificuldade em obter grande parte das suas reservas estrangeiras, o rublo caiu vertiginosamente até 40% em relação ao valor americano e, conseqüentemente, houve diminuição do poder de compra real dos consumidores que, para serem compensados viram a taxa de juro elevada a 20% e o declínio acentuado do PIB (Produto Interno Bruto) real (Kalish, 2022).

Pela mesma altura, em março de 2022, investigadores tiveram a preocupação de perceber se as sanções funcionariam num mundo criptográfico e se seria possível separar completamente a Rússia do sistema financeiro global, com a medida de desconectar a Rússia do sistema de pagamento SWIFT. Com o país privado de acesso ao sistema interbancário SWIFT, as transações internacionais mais complicadas e o aumento dos seus custos, podia ser forte a tentação de confiar nas cripto moedas, introduzidas no sistema financeiro mundial como um novo tipo de dinheiro, permitindo a manutenção da sua riqueza em bitcoin e escapar às sanções. Mas a cripto moeda não permitirá que esta evasão aconteça, oferecendo, antes, várias limitações quando confrontada com a realidade: grandes multinacionais a gerar bilhões em receita, não seriam capazes de fazer a troca com eficiência uma vez que não há volume nem liquidez suficientes nos mercados de cripto moedas (Makhlouf & Selmi, 2022).

Analisando o comércio russo de 2022, os dados do *Federal Customs Reserve* são consistentes com os dados do Banco da Rússia: registou-se um aumento do comércio de 21% face a 2021, resultando num um superavit comercial record de 316 bilhões de dólares. Na sua origem esteve o aumento dos preços da energia (gás natural, carvão, produtos petrolíferos e petróleo bruto) e o colapso nas importações da Rússia. No entanto, a estatística anual esconde a degradação do comércio da Rússia, que passou de 22,7 bilhões de dólares por mês em janeiro/fevereiro de 2022, para apenas 4,1 bilhões de dólares por mês em dezembro do mesmo ano (Babina et al., 2023; Demertzis et al., 2023; Rácz et al., 2023).

Por outro lado, os preços das exportações de petróleo da Rússia têm sido objeto de muita especulação. A *Bloomberg, Federal Custom Service* indicam que a Rússia está a vender o petróleo bruto substancialmente acima do limite de preço do G7, de 60 dólares o barril (Babina et al., 2023), comprometendo a eficácia da que se constitui como a principal ferramenta de política em jogo para reduzir as receitas do petróleo russo (Nell et al., 2023).

Considerando que, tanto o embargo da UE, como o teto preço do G7 foram implementados em dezembro de 2022, a alta dos preços do petróleo e o redirecionamento das exportações de petróleo mais que compensou ou reduziu a dependência de petróleo russo nos países sancionadores (Babina et al., 2023). Os autores defendem que as sanções não começaram a sério até aqui.

As sanções relacionadas com as exportações russas de petróleo e derivados são críticas e empreenderão mudanças importantes no padrão das exportações, que já ocorreram em 2022. Tendo a UE diminuído as importações de petróleo russo, a China e a Índia vieram substituí-la, assumindo-se como mercado de exportação mais importante da Rússia. Assistiu-se, assim, a mudanças significativas nos padrões comerciais e à fragmentação do mercado do petróleo russo (Babina et al., 2023). No entanto, não ao ponto de substituir o fluxo do Oceano Pacífico, de 60% do ramo norte de Drogba para Alemanha e Polónia nem os 40% do ramo sul para República Tcheca Hungria e República por encontrar restrições nas infraestruturas (Babina et al., 2023).

O mesmo acontece com a angariação de novos clientes para o gás russo: a infraestrutura do gasoduto é voltada para o Ocidente e não pode ser facilmente reorganizada. Desta forma, a Rússia reduziu maciçamente as suas exportações de gás para a Europa (Rácz et al., 2023).

O embargo ao carvão funcionou melhor, na medida em que a Rússia não conseguiu encontrar novos clientes para compensar a queda da procura da UE em termos financeiros. No entanto, o carvão desempenha um menor papel nas receitas da Rússia, sendo o petróleo e o gás mais decisivos (Nell et al., 2023; Rácz et al., 2023).

Inicialmente a Rússia ganhou com a guerra energética: os preços do petróleo e do gás subiram acentuadamente, levando à inflação, a taxas mais altas e à desaceleração da economia da Europa, ao mesmo tempo que proporcionou à Rússia receitas recordes que ajudaram a proteger a sua economia e o impacto das sanções (Nell et al., 2023).

Sanções contra as exportações de ouro, ferro, aço e exportações de luxo apresentam grandes lacunas. A contração média da economia desde a invasão foi de cerca de 4% para a maioria dos setores com destaque para a forte contração no comércio grossista e retalhista (12%), setor da construção e agricultura. Isto mostra que as sanções tiveram impacto, uma vez que os volumes de exportação caíram para todos os produtos e particularmente para o ouro, e por isso, defende-se que as sanções se estendam a todos os países sancionadores de forma abrangerem os diamantes, peixe, produtos siderúrgicos e madeira, por exemplo. Propõe-se ainda a imposição de teto de preço para fertilizantes nitrogenados (Nell et al., 2023).

As sanções às importações causam perdas de produção devido à falta de materiais, matérias-primas e tecnologias. De acordo com dados dos principais parceiros comerciais da Rússia, as importações russas diminuíram até 50% no primeiro semestre de 2022 (Rácz et al., 2023). Com efeito, a produção foi temporariamente interrompida, e quando retomada, com escassez de componentes de alta tecnologia para tanques e outros veículos blindados. Há sinais de baixo nível de stocks de mísseis de cruzeiro e de veículos de ataque aéreo não tripulados e de menos intensidade dos ataques na Ucrânia (Nell et al., 2023).

A combinação de sanções no setor da tecnologia e a retirada de empresas ocidentais de alta tecnologia teve impacto nas forças armadas russas, considerando que a Rússia foi incapaz de substituir as perdas de material militar com sistemas de armas recém produzidos (Rácz et al., 2023).

Para reduzir a duração da guerra, as sanções incluíram restrições ao setor financeiro da Rússia, como a proibição das transações e o congelamento de ativos, limitações de acesso

a capitais e mercados financeiros, restrições da dívida e do património, e desconexão do sistema de mensagens financeiras SWIFT ao seu Banco Central.

Estima-se que se a atual dinâmica fiscal persistir, a Rússia provavelmente terá um défice orçamental de cerca de 2% do PIB. Apesar da pressão sobre o equilíbrio fiscal ter aumentado, a Rússia conseguiu criar amortecedores fiscais por meio de uma consolidação significativa após 2014 quando as sanções foram impostas pela primeira vez estando por isso a fortaleza da Rússia a funcionar. O setor financeiro da Rússia é dominado por bancos públicos, responsável por mais de 2/3 dos ativos totais, com poder para aumentar as suas participações, e ajudar a estabilizar o setor financeiro. Apesar destes ativos terem perdido o acesso aos sistemas financeiros dos EUA e da UE (as duas moedas mais importantes do mundo), as condições estruturais de liquidez retornaram a níveis de pré sanções, e vários outros canais permitiram que os bancos se mantivessem conectados com o mundo exterior. No entanto, o sistema financeiro enfrenta desafios consideráveis de acordo com o Banco da Rússia, os bancos russos perderam quase 25 bilhões de dólares no primeiro semestre de 2022, em grande parte devido a operações de moeda estrangeira. Com esta consciência de que a Rússia é capaz de reconstruir as reservas, defende-se que as sanções devem ser alteradas e atualizadas constantemente (Demertzis et al., 2023; Nell et al., 2023).

Inicialmente houve um impacto na liquidez do sistema bancário porque houve uma corrida aos bancos por parte dos russos, mas a Rússia conseguiu estabilizar com incentivos domésticos e com o aumento da taxa de juro.

O rublo forte não é sinal de ineficácia das sanções (Demertzis et al., 2023). É correta a observação de que as sanções às importações levaram à valorização da moeda enquanto as sanções às exportações e às reservas cambiais levaram à depreciação. E assim assiste-se a uma flutuação da taxa de câmbio, que não tem uma relação linear simples entre taxa de câmbio e o bem-estar (Rácz et al., 2023). Na realidade, o Banco Central russo respondeu com medidas que incluíram o aumento da taxa básica de juros para 20%, convertendo à força 80% das receitas de exportação em rublos e limitando a capacidade dos investidores não residentes de retirar capital e a capacidade dos russos de movimentar dinheiro através da fronteira. Esta política impediu uma fuga de capitais (Caprile & Delivorias, 2023).

Sanções sobre bens militares e de duplo uso tendentes a limitar o acesso da Rússia à tecnologia avançada por meio de controlos de exportação e sanções teve um impacto negativo na indústria das armas da Rússia, tendo-se tornado mais difícil produzir e armazenar armas. Foram selecionadas empresas que operam no setor da defesa da Rússia e da Bielorrússia bem como indivíduos envolvidos na produção militar. A lista de bens de duplo uso proibida foi alargada, as licenças comerciais existentes para exportação de bens de duplo uso foram suspensas, a proibição do sistema de mensagens financeiras SWIFT imposta ao Promsvyazbank, banco central para a execução de operações relativas a ordens de defesa do Estado e de grandes contratos do Estado (Nell et al., 2023).

Os países sancionadores cooperaram para limitar a exportação, o fornecimento, a transferência e a entrega de itens relacionados à aviação e ao espaço de bens e tecnologias destinados à refinaria de petróleo e de bens e tecnologias destinados ao uso de embarcações

de bandeira russa e a navegação marítima. O impacto geral ainda não foi significativo (Nell et al., 2023).

No caso do PIB, as estimativas eram: antes da guerra, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou o crescimento do PIB para a Rússia em 2022 em + 2,8% e +2,1% em 2023 (um pouco mais pessimista, o Banco Mundial, em janeiro de 2022, havia estimado o crescimento do PIB para a Rússia em +2,4% em 2022 e +1,8% em 2023). Com uma crise financeira evitada e com o aumento da produção militar (incluído do PIB), o déficit projetado para 2022 foi gradualmente reduzido para -4,5%, pelo Banco Mundial, -3,9%, pelo Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e em -3,4 % pelo FMI (que reviu em alta este número para -2,2 % em janeiro de 2023) (Caprile & Delivorias, 2023).

No futuro, a perspectiva da OCDE espera que o PIB russo caia -5,6% em 2023 e -0,2% em 2024. O Banco Mundial espera que a recessão continue em 2023 (-3,3% do PIB) na sequência do impacto das sanções, mas que volte a um crescimento modesto em 2024 (1,6%). Ao contrário, em janeiro de 2023, o FMI projetou um crescimento do PIB de 0,3% já em 2023 (contra uma queda de -2,3% na sua atualização de outubro de 2022) e um crescimento um pouco maior em 2024 (2,1%) (Caprile & Delivorias, 2023).

As medidas foram mitigadas pelo recurso ao Fundo Nacional de Riqueza (NWF) russo, originalmente destinado a apoiar o seu sistema de pensões. Desde o início da invasão da Ucrânia, que se tornou uma das principais fontes de financiamento para o défice orçamental, e uma ferramenta para sustentar empresas estatais em dificuldades. Eles também puderam recorrer a impostos únicos como o imposto, recentemente proposto, sobre as grandes empresas (com previsão de receita de 2,8-3,5 bilhões dólares), para compensar a queda nas receitas do petróleo (Caprile & Delivorias, 2023).

Quanto ao desemprego, o FMI estimou que, para 2022, o desemprego na Rússia cairia de 4,9% para 4,6%. De acordo com fontes russas oficiais, o desemprego está atualmente numa baixa recorde de 3,7%. Especialistas consideram, portanto, que o número real de desempregados no final de 2022 é pelo menos o dobro dos dados oficiais, se não mais próximo de 10% (contabilizando a mobilização militar e outros dados omissos) (Caprile & Delivorias, 2023).

Relativamente à inflação, em dezembro de 2022, situou-se em 11,9%, bem acima da meta do Banco Central da Rússia, de 4%. Prevê-se que a inflação caia para um intervalo entre 5% em 2023 e 4 % em 2024 (FMI) e 5,9% em 2023 e 4,5% em 2024 (Banco Mundial). Isso pode influenciar o custo de vida dos consumidores russos, continuando a tendência de queda no consumo e piorando a qualidade de vida do cidadão comum (Caprile & Delivorias, 2023).

De outra perspectiva, e analisando o impacto das sanções de 2014, alerta-se para que se as sanções continuarem e a Rússia mostrar que é capaz de se manter sozinha sem o apoio dos países ocidentais, tornará a Rússia um país maior, fazendo com que a UE exorte a Rússia cooperar novamente. As contrassanções exigirão um esforço da UE para neutralizar o impacto de fatores económicos internacionais desfavoráveis (Novianto, 2022).

4.2 Considerações sobre o impacto das sanções económicas na Rússia

As medidas restritivas afetaram setores-chave da economia russa, incluindo finanças, energia, metalurgia ferrosa, mineração, eletrônica, engenharia e transportes. Quase todos os instrumentos de sanções possíveis foram empregues, incluindo o bloqueio de sanções financeiras, proibições de investimentos, controlo às exportações e importações, bloqueios de transporte. As restrições impostas foram incríveis, em ritmo e escala. Além disso, os países que iniciaram as sanções, apresentaram uma consolidação política única. Se antes, os EUA lideravam o caminho e a UE ficar para trás (Timofeev, 2020), agora seus esforços estão altamente sincronizados.

Não é fácil atribuir os efeitos apenas às sanções, e isolar as variáveis relevantes e estabelecer a sua relativa dependência ou independência é praticamente impossível (Mayntz, 2004). Os fatores relevantes para essa explicação causal são identificados pela teoria do estado gramsciana (Falletti & Lynch, 2009). Foi possível obter o impacto num conjunto de variáveis económicas, designadamente o crescimento económico, preços do petróleo no rublo, política agrícola, desenvolvimento das relações económicas da Índia com a Rússia e a União Económica Euroasiática, desenvolvimento de negócios de empresas de petróleo e gás, sustentabilidade da dívida das empresas estatais na dívida externa, nas regiões industriais da Rússia.

Houve países que assumiram um papel facilitador da evasão das sanções, como a China, Turquia, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Bielorrússia, Cazaquistão e Uzbequistão. China, Índia e Turquia foram responsáveis por uma parcela substancial das exportações russas de petróleo bruto, além de Singapura e Emirados Árabes Unidos, que importaram quantidades significativas de derivados de petróleo. O Japão, embora alinhado com as sanções internacionais contra a Rússia em muitas áreas, não implementou nenhuma restrição ao petróleo e gás russos (Nell et al., 2023).

A Rússia teve dificuldades em encontrar novos clientes para o gás dado que a infraestrutura do gasoduto é fortemente voltada para o Ocidente e não pode ser facilmente reorganizada.

A Rússia continuou a importar semicondutores, drones e peças em 2022. Além disso, as importações de microprocessadores/semicondutores da Rússia aumentaram mais de 34% em 2022 (Bienkowski et al., 2023).

Com a capacidade da Rússia de exportar certos produtos limitada, esperam-se repercussões na indústria doméstica de refinaria. Encontramos evidências de descontos a compradores alternativos, em 2022, para manter os volumes de exportação de derivados de petróleo. Os países que proibiram os produtos petrolíferos russos estão a adquiri-los via Índia e Turquia, que por sua vez aumentaram suas importações de petróleo bruto russo (Babina, 2023).

O postulado chave é que as sanções se mostraram ineficazes em termos de impacto imediato das medidas restritivas utilizadas como instrumento de política externa, não tendo alterado o curso político da Rússia (Timofeev, 2022).

Mais de 500.000 russos já deixaram o país, cerca de 50% dos quais têm alto nível de escolaridade ou trabalharam como trabalhadores qualificados na indústria de tecnologia (Demertzis, 2022; Sonnenfeld et al., 2022), enquanto mais de 1.000 empresas ocidentais

deixaram a Rússia desde o início da invasão, revertendo cerca de 30 anos de investimento estrangeiro (Rácz et al., 2023).

Um grupo de pesquisadores do *Chief Executive Leadership Institute* da Universidade de Yale retrata a situação económica da Rússia, que difere fundamentalmente da narrativa oficial do Kremlin (Sonnenfeld et al., 2022). De acordo com este estudo, as sanções enfraqueceram significativamente a Rússia. O presente estudo, que agrega oito estudos, também orienta no sentido de tornar as sanções mais rigorosas, fechar brechas e evitar a evasão. As sanções foram eficazes, enviaram um forte sinal de determinação e unidade ocidental ao Kremlin, degradaram as capacidades militares da Rússia e estão a asfixiar a sua economia, o seu setor de energia, com consequências permanentes.

As restrições reais às importações de energia da Rússia chegaram muito tarde ou ainda estão pendentes. Por um lado, isso permitiu à Rússia encontrar novos clientes tendo conseguido estabelecer rotas alternativas de importação. Por outro lado, as exportações para a Europa continuaram, o embargo de petróleo russo da UE só entrou em vigor em dezembro de 2022 e por estes motivos, os autores dos estudos da presente revisão da literatura referem que a Rússia ganhou com a guerra, tendo conseguido evitar a crise.

É unânime entre os autores que o escudo foi enfraquecido e que as sanções devem continuar e ser intensificadas, no sentido de restringir e isolar a Rússia, continuando a tomar medidas de ajuste (Babina et al., 2023; Caprile & Delivorias, 2023, Demertzis et al., 2022, Kalish, 2022; Makhoulf & Selmi, 2022, Nell, 2023, Rácz et al., 2023).

Defendem a intensificação de sanções no setor da energia no sentido de: reduzir os limites do preço do petróleo para 30/bbl dólares opor barril; fiscalizar e aplicação do regime de teto de preço; aplicar sanções totais às empresas russas de petróleo e gás e ao Gazprombank; acabar com as importações de gás russo; banir a energia russa na economia avançada da Ásia; melhorar a cooperação e coordenação das medidas sobre bens militares e de uso duplo; aprimorar os controles de exportação; ampliar a lista de bens de dupla utilização; impor sanções abrangentes ao setor militar-industrial russo e bielorrusso; parar de produzir e/ou fornecer recursos de produtos de alta tecnologia para a Rússia.

Sendo a aplicação efetiva do teto do preço do petróleo fundamental, propõem-se ações para melhorar a conformidade como confiscar o petróleo e vendê-lo para benefício de Ucrânia, nos casos em que a origem é ocultada, agir contra empresas ocidentais que vendem acima do teto máximo (Nell et al., 2023).

A orientação é no sentido de proibir as importações da Rússia de mercadorias adicionais, estabelecer um teto de preço para as exportações russas de fertilizantes nitrogenados, fechar lacunas importantes no atual regime de sanções, estendendo sanções totais às empresas de metais (Nell et al., 2023). Há, entretanto, um autor contra a continuidade das sanções, defendendo que a cooperação futura fica comprometida (Novianto, 2022) não sendo, por isso, eficazes.

A maioria dos efeitos do regime de sanções não são apenas direta, mas também indireta, afetando as características estruturais do desenvolvimento económico. Os efeitos totais das sanções, e não os diretos, são macroeconomicamente substanciais tanto para a Rússia como para a UE. O potencial de efeito negativo das sanções sobre a economia russa é estimado

em 8–10% do PIB e 0,5% do PIB para os países remetentes. O efeito negativo das sanções poderá ser parcialmente compensado pelos recursos disponíveis aos agentes económicos russos a longo e médio prazo. Os efeitos mais graves serão possíveis se o regime de sanções for preservado a longo prazo (Allen, 2022).

Hufbauer & Oegg (2003) analisaram os efeitos no desempenho macroeconómico russo das sanções em vigor na década de 1990 tendo descoberto que o efeito total sobre o PIB dos EUA pairou em torno de 0,4%. Dreger et al. (2016) também avaliaram o impacto económico do regime de sanções entre os países ocidentais e a Federação Russa em vez do impacto nos fluxos comerciais.

As sanções podem ter um efeito significativo sobre a economia global e sobre as empresas que fazem negócios nos países sancionados assim como podem ter efeitos negativos não intencionais, como aumentar a rigidez dos regimes políticos e criar custos económicos a população em geral (Hufbauer et al., 2007), prejudicar pessoas inocentes, fortalecer a determinação do governo visado ou aproximá-lo dos seus aliados (Bali & Rapelanoro, 2021; Drezner, 2003). As sanções económicas desestabilizam os líderes dos países que visam que muitas vezes deixam o poder (Marinov, 2005).

Ao longo do último século, a segurança europeia foi fortemente influenciada pela dinâmica do poder económico e militar, bem como pela utilização da guerra económica e de sanções que alteraram os equilíbrios entre adversários.

5. Conclusões

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022, um conjunto de sanções sem precedentes foi imposto à Rússia, como resposta de desaprovação e com o objetivo de alterar ações e políticas, designadamente relativas às violações do Direito Internacional e dos Direitos Humanos.

As sanções tiveram impacto na economia da Rússia, mas ainda não foi atingido o objetivo final. Apesar da contração da Rússia ter sido menor do que inicialmente esperado atribui-se o desempenho superior à resiliência inicial da Rússia face às sanções. Por um lado, porque já esperaria, mostrando-se menos vulnerável do que em 2014 e mais bem preparada e, por outro lado, pelo aumento das receitas de petróleo e de gás, que sustentaram a sua economia. Acredita-se que o impacto está a tornar-se cada vez mais visível com o endurecimento e refinamento temporal dos onze pacotes, principalmente as de dezembro de 2022.

A eficácia das sanções é afirmada e defendida por investigadores mais recentes, se impostas sobre determinadas condições, como são exemplo impor sanções que onerem o alvo, sejam aplicadas em estreita cooperação com organizações internacionais ou existindo relação de dependência entre países.

Os estudos analisados avaliam o impacto das sanções concluindo que a Rússia conseguiu evitar a crise financeira, conseguiu evitar repercussões na economia real, conseguiu estabelecer rotas alternativas de importação, e portanto, que o impacto das sanções foi mitigado.

Concluimos, por meio de uma revisão narrativa da literatura de oito artigos, que é unânime entre os autores que as sanções tiveram impacto na economia da Rússia, devem continuar e

ser intensificadas, no sentido de isolar e restringir a Rússia, promovendo contínuas medidas de ajuste. Para a isolar, sugere-se melhorar o grau de cooperação multilateral, garantir a eficácia da execução das sanções (fechar brechas e evitar a evasão). Para a restringir, reduzir o teto do preço do petróleo para 30 dólares por barril, acabar com o gás russo na Europa, proibir o Japão, Coreia do Sul e Taiwan de importar petróleo, carvão e gás russos, limitar o preço para as exportações de fertilizantes nitrogenados, proibir outros produtos (diamantes, urânio, minério de ferro, produtos siderúrgicos, madeira e peixes) e fiscalizar a adoção das sanções.

Há, entretanto, um autor contra a continuidade das sanções, defendendo que a cooperação futura fica comprometida (Novianto, 2022).

Para estudos futuros, o contínuo trabalho de investigação e acompanhamento dos efeitos das sanções na Rússia, é essencial a uma perfeita compreensão, contribuirá para uma melhor noção da força deste instrumento de política internacional e para a teoria das sanções, cujas conclusões variam e por vezes divergem. Por outro prisma, emergiu a curiosidade de investigar, com especial interesse para as Forças Armadas, as contrassanções, explorando a hipótese de que a Rússia está em xeque mas capaz de fazer xeque-mate (Dolidze, 2015), e o ponto de vista da definição de sanções económicas como algo mais tremendo que a guerra (Wilson, 1919).

Como limitações deste estudo destacamos a pouca quantidade de artigos científicos obtidos avaliados por pares e a ausência de dados oficiais da Rússia, designadamente os que integraram o presente estudo.

Referências bibliográficas

- Allen, S. H. (2005). The determinants of economic sanctions success and failure. *International Interactions*, 31(2), 117-138.
- Allen, S. H. (2022). The uncertain impact of sanctions on Russia. *Nature Human Behaviour*, 6(6), 761-762.
- Ashford, E. (2017). *On Sanctions and Negotiations*.
- Askari H., Forrer J., Teegen H. & J. Yang (2003). *Economic sanctions: examining their philosophy and efficacy*. Greenwood Publishing Group.
- Babina, T., Hilgenstock, B., Itskhoki, O., Mironov, M., & Ribakova, E. (2023). *Assessing the impact of international sanctions on Russian oil exports*. Available at SSRN.
- Baldwin, D. A. (1985). *Economic Statecraft*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Baldwin, D. A., & Pape, R. A. (1998). Evaluating economic sanctions. *International Security*, 23(2), 189-198.
- Bali, M. & Rapelanoro, N. (2021). "How to simulate international economic sanctions: A multipurpose index modelling illustrated with EU sanctions against Russia," *International Economics*, Elsevier, 168(C), 25-39.
- Barber, J. (1979). Economic Sanctions as a Policy Instrument. *International Affairs* 5(3): 367–384. doi:10.2307/2615145.
- Bapat, N. A., Heinrich, T., Kobayashi, Y., & Morgan, T. C. (2013). Determinants of sanctions effectiveness: Sensitivity analysis using new data. *International Interactions*, 39(1), 79-98.

- Berner, R., Cecchetti, S. & Schoenholtz, K. (2022). Russian Sanctions: Some Questions and Answers [4]”, VoxEU.org, 21 March.
- Bienkowski, P., Kausman, M., Lunde, N., Mironov, M. (2023) *Effectiveness Of U.S. Sanctions Targeting Russian Companies And Individual*. Free Russia Foundation.
- Biersteker, T. J., Eckert, S. E., & Tourinho, M. (2016). *Targeted sanctions*. Cambridge University Press.
- Bolks, S. M., & Al-Sowayel, D. (2000). How long do economic sanctions last? Examining the sanctioning process through duration. *Political Research Quarterly*, 53(2), 241-265.
- Boudreau, D. G. (1997). Economic sanctions and military force in the twenty-first century, *European Security*, 6(2), 28-46, DOI: 10.1080/09662839708407310
- Brooks, R. A. (2002). Sanctions and regime type: What works, and when?. *Security Studies*, 11(4), 1-50.
- Bubnova, N. I. (2022). Total Sanctions in the Context of “Integrated Deterrence”: Western Countries’ Response to Russia’s Special Military Operation in Ukraine (2022). *Herald of the Russian Academy of Sciences*, 92(Suppl 13), S1230-S1239.
- Caprile, A. & Delivorias, A. (2023). EU sanctions on Russia: Overview, impact, challenges. European Parliamentary Research Service.
- Caruso, R. (2003). The Impact of International Economic Sanctions on Trade: An Empirical Analysis’, *Peace Economics, Peace Science and Public Policy* 9(2): Article1.
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Chorzempa, M. (2022), Export controls against Russia are working – with the help of China, *PIIE Realtime Economics Blog*.
- Cortright, D., Lopez, G. A., & Gerber, L. (2002). *Sanctions and the search for security: Challenges to UN action*. Lynne Rienner Publishers.
- Davis, C. M. (2016) The Ukraine conflict, economic–military power balances and economic sanctions, *Post-Communist Economies*, 28:2, 167-198, DOI: 10.1080/14631377.2016.1139301.
- Demertzis, M., Hilgenstock, B., McWilliams, B., Ribakova, E., & Tagliapietra, S. (2022). *How have sanctions impacted Russia?* 26. Bruegel.
- Doxey, M. P. (1980). *Economic sanctions and international enforcement*. Springer.
- Doxey, M. P. (1987). *International sanctions in contemporary perspective*. Springer.
- Drezner, D. W. (1999). *The sanctions paradox: Economic statecraft and international relations* (No. 65). Cambridge University Press.
- Drezner, D. (2003). *The Hidden Hand of Economic Coercion*. *International Organization*, 57(3), 643-659. doi:10.1017/S0020818303573052
- Dreger, C., Kholodilin, K. A., Ulbricht, D., & Fidrmuc, J. (2016). Between the hammer and the anvil: The impact of economic sanctions and oil prices on Russia’s ruble. *Journal of comparative economics*, 44(2), 295-308.
- Drury, A. C. (1998). Revisiting economic sanctions reconsidered. *Journal of Peace Research*, 35(4), 497-509.
- Elliott, K. A. (1998). The sanctions glass: half full or completely empty?. *International Security*, 23(1), 50-65.

- Engels, F. (1970). *Anti-Dühring*. New York, NY: International Publishers.
- Falleti, T.G., & Lynch, J.F. (2009). Context and Causal Mechanisms in Political Analysis. *Comparative Political Studies*, 42(9), 1143–1166. <https://doi.org/10.1177/0010414009331724>.
- Galtung, J. (1967). On the effects of international economic sanctions, with examples from the case of Rhodesia. *World politics*, 19(3), 378-416.
- Gould-Davies, N. (2023). Russia, the West and sanctions. In *Survival: Global Politics and Strategy (February-March 2020): Deterring North Korea* (pp. 7-28). Routledge.
- Green, B. N., Claire D. J. & Adams, A. (2006). Writing Narrative Literature Reviews for Peer-Reviewed Journals: Secrets of the Trade. *Journal of Chiropractic Medicine*. 5(3): 101–17.
- Haass, R. (1998). *Economic sanctions and American diplomacy*. Council on Foreign Relations.
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J. & Elliot, K. A. (1990). *Economic Sanctions Reconsidered: History and current policy*, Second Edition, 2 volumes, Washington, D.C.: Institute for International Economics.
- Hufbauer, G. C., & Oegg, B. (2003). *The impact of economic sanctions on US trade: Andrew Rose's gravity model* (No. PB03-04).
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J., Elliott, K. A. & Oegg, B. (2007) *Sanções econômicas reconsideradas*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics.
- Hufbauer, G. C., Schott, J. J. & Elliott, K. A. (2009). *Economic Sanctions Reconsidered*, 3rd Edition. Peterson Institute Press: All Books, Peterson Institute for International Economics, number 4129, October.
- Kalish, I. (2022) *How sanctions impact Russia and the global economy*. Obtido em: <https://www2.deloitte.com/xe/en/insights/economy/global-economic-impact-of-sanctions-on-russia.html>
- Kaempfer, W. H., & Lowenberg, A. D. (1988). The theory of international economic sanctions: A public choice approach. *The American Economic Review*, 78(4), 786-793.
- Kaempfer, W. H. & Lowenberg, A. D. (1992). *International Economic Sanctions: A Public Choice Perspective* (Westview Press, Boulder, CO).
- Kaempfer, W. H., & Lowenberg, A. D. (1999). Unilateral versus multilateral sanctions: A public choice perspective. *International Studies Quarterly*, 43(1): 37-58.
- Kundu, S., & Banerjee, A. (2023). Diplomatic Associations and Exchange Rates: A Study on Russia-Ukraine War. *Indian Journal of Finance*, 17(3), 8-19.
- Lacy, D., & Niou, E. M. (2004). A theory of economic sanctions and issue linkage: The roles of preferences, information, and threats. *The journal of politics*, 66(1), 25-42.
- Lektzian, D., & Souva, M. (2007). An institutional theory of sanctions onset and success. *Journal of Conflict Resolution*, 51(6), 848-871.
- Lindsay, J. M. (1986). Trade sanctions as policy instruments: A re-examination. *International Studies Quarterly*, 30(2), 153-173.
- Mahlstein, K., McDaniel, C., Schropp, S., & Tsigas, M. (2022). Estimating the economic effects of sanctions on Russia: An Allied trade embargo. *The World Economy*, 45, 3344–3383. <https://doi.org/10.1111/twec.13311>.
- Makhlouf, F. & Selmi, R. (2022) *Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian Banks from SWIFT on Remittances*.

- Marinov, N. (2005). Do Economic Sanctions Destabilize Country Leaders? *American Journal of Political Science* 49 (3): 564–576. [10.1111/ajps.2005.49.issue-3](https://doi.org/10.1111/ajps.2005.49.issue-3)
- Martin, L. (1992). *Coercive Cooperation: Explaining Multilateral Economic Sanctions*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Martin, L. (1993) Credibility, Costs, and Institutions: Cooperation on Economic Sanctions. *World Politics*. 45(3). 406-432. <https://doi.org/10.2307/2950724>.
- Mayntz, R. (2004). Mechanisms in the Analysis of Social Macro-Phenomena. *Philosophy of the Social Sciences*, 34(2), 237–259. <https://doi.org/10.1177/0048393103262552>.
- Meyer, K. E., Fang, T., Panibratov, A. Y., Peng, M. W., & Gaur, A. (2023). International business under sanctions. *Journal of World Business*, 58(2), 101426.
- Miers, A., & Morgan, T. (2002). Multilateral sanctions and foreign policy success: Can too many cooks spoil the broth?. *International Interactions*, 28(2), 117-136.
- Morgan, T. C., & Schwebach, V. L. (1996). Economic sanctions as an instrument of foreign policy. *International Interactions*. 21:247-263
- Morgan, T. C., & Schwebach, V. L. (1997). Fools suffer gladly: The use of economic sanctions in international crises. *International Studies Quarterly*, 41(1), 27-50.
- Morgan, T. C., & Miers, A. C. (1999). When threats succeed: A formal model of the threat and use of economic sanctions. In *Annual Meeting of the American Political Science Association, Atlanta, GA* (Vol. 264).
- Morgan, T. C., Bapat, N. & Kobayashi, Y. (2014) *The Threat and Imposition of Economic Sanctions 1945–2005: Updating the TIES Dataset*. *Conflict Management and Peace Science* 31(5):541–558.
- Morgan, T. C. & Bapat, N. A. (2009). Multilateral versus unilateral sanctions reconsidered: A test using new data. *International Studies Quarterly*, 53(4), 1075-1094.
- Mulder, N. (2022). *The Economic Weapon: The Rise of Sanctions as a Tool of Modern War*. Yale University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv240df1m>
- Naylor R. T. (2001). *Economic Warfare: Sanctions, Embargo Busting, and Their Human Costs*. Boston: Northeast University Press.
- Nell, J., Hilgenstock, B. & Dodonov, B. (2023). *One year of war: sanctions impact assessment and action plan for 2023*. https://uglobal.university/wp-content/uploads/2023/03/KSE_One-year-of-war_Sanctions-impact-assessment.pdf
- Nephew, R. (2018). The hard part: The art of sanctions relief. *The Washington Quarterly*, 41(2), 63-77.
- Ngo, V. M., Huynh, T. L. D., Nguyen, P. V. & Nguyen, H. H. (2022). Public sentiment towards economic sanctions in the Russia–Ukraine war. *Scottish Journal of Political Economy*, 69, 564–573. Available from: <https://doi.org/10.1111/sjpe.12331>.
- Nincic, M. & Wallenstein, P. (1983). *Dilemmas of Economic Coercion: Sanctions in World Politics*. Praeger.
- Nossal, K. R. (1989). International sanctions as international punishment. *International Organization*, 43(2), 301-322.

- Novianto, B. P. P. (2022). DOI: European Union Sanctions Against Russia as Impact of Russia-Ukraine Conflict. *International Journal of Multicultural and Multireligious Understanding*, 9(6) <http://dx.doi.org/10.18415/ijmmu.v9i6.3920>.
- Nephew, R. (2017). *The Art of Sanctions*. Columbia University Press. Retrieved from <https://www.perlego.com/book/773624/the-art-of-sanctions-a-view-from-the-field-pdf>.
- Pape, R. A. (1997). Why economic sanctions do not work. *International security*, 22(2), 90-136.
- Paré, G., Trudel, M. C., Jaana, M., & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. *Information & Management*, 52(2), 183-199.
- Rácz, András, Spillner, Ole and Wolff, Guntram B. (2023). "Why Sanctions Against Russia Work" *Intereconomics*, 58(1), 52-55. <https://doi.org/10.2478/ie-2023-0009>
- Renwick, R. (1981) *Economic Sanctions*. Center for International affairs, Harvard University.
- Schropp, S. & Tsigas, M. (2023). Designing 'optimal' sanctions on Russian imports. *The World Economy*, 46, 498– 531. <https://doi.org/10.1111/twec.13377>
- Shevchenko, A. (2017). *Sanktsii Zapada protiv Rossii: kto teryaet bol'she? [Western sanctions: who loses more?]*. Available on the Internet: <https://riss.ru/smi/43483>
- Sinyakov, A., Roitman, A. & Seleznev, S. (2015). *Dinamika potentsial'nogo VVP Rossii posle neftyanogo shoka: rol' sil'nogo izmeneniya otnositel'nykh tsen i strukturnykh zhestkosti [Dynamics of Russia's potential GDP after the oil shock: The role of big change in relative prices and structural rigidities]*. Moscow: Bank of Russia Publ.
- Smith, A. (1996). *The success and use of economic sanctions*. *International Interactions* 21:229-245.
- Snower, D. (2022). Multilateralism after the Ukraine invasion", VoxEU.org, 21 March.
- Sokhanvar, A. & Lee, C.-C. (2022). How do energy price hikes affect exchange rates during the war in Ukraine? *Empirical Economics*. 64, 1-14. [10.1007/s00181-022-02320-7](https://doi.org/10.1007/s00181-022-02320-7).
- Sonnenfeld, J., Tian, S., Sokolowski, F., Wyrebkowski M. & Kasprowicz, M. (2022), *Business retreats and sanctions are crippling the Russian economy*, SSRN.
- Timofeev I. N. (2020). Sanctions for Sanctions Violation: U.S. Department of Treasury Enforcement Actions against Financial Sector. – Polis. *Political Studies*. 6, 73-90. <https://doi.org/10.17976/jpps/2020.06.06>
- Titov, A. (2022). *The impact of the Ukraine war on Russia*. *Political Insight*, 13(2), 32-36.
- Tsouloufas, G., & Rochat, M. (2023). Revisiting the effectiveness of economic sanctions in the context of Russia's invasion of Ukraine. *Canadian Foreign Policy Journal*, 1-16.
- Van Bergeijk, P. A. G. (2009), *Economic Diplomacy and the Geography of International Trade*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Van Bergeijk, P. A. G. (2021). *Research handbook on economic sanctions*. Edward Elgar Publishing.
- Wallensteen, P. (1968). Characteristics of Economic Sanctions. *Journal of Peace Research* 5(3): 248-267.
- Wallensteen, P., (2000). A century of economic sanctions: a field revisited. *Uppsala Peace Research Papers* 1, 1-23. Uppsala University, Sweden.
- Yurgens, I. (2015). A positive stalemate for Ukraine. *Survival*, 57(1), 71-77.